



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania  
Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+  
Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis,  
Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras – CNLGBTQIA+

## NOTA DE REPÚDIO

O Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ vem a público manifestar seu repúdio à empresa Meta, em razão da recente alteração de sua política contra Direitos Humanos da população LGBTQIA+, em postagens nas redes sociais Facebook e Instagram, representando um retrocesso na defesa da liberdade de expressão, da democracia, ao permitir que se associe orientação sexual e identidade de gênero a doenças mentais nas publicações.

Essa mudança de política viola Resoluções, Pactos e Convenções Internacionais, de garantia de Direitos Humanos, dos quais, o Brasil também é signatário. Por conseguinte, todas as políticas corporativas devem cumprir com todo conjunto de legislação vigente conforme a soberania do nosso país.

De acordo com as novas diretrizes, a Meta justifica sua política afirmando que: *“às vezes, as pessoas usam linguagem exclusiva de sexo ou gênero ao discutir acesso a espaços frequentemente limitados por sexo ou gênero, como acesso a banheiros, escolas específicas, funções militares, policiais ou de ensino específicas e grupos de saúde ou apoio. Outras vezes, elas pedem exclusão ou usam linguagem insultuosa no contexto de discussão de tópicos políticos ou religiosos, como ao discutir direitos transgêneros, imigração ou homossexualidade. Finalmente, às vezes as pessoas xingam um gênero no contexto de um rompimento romântico. Nossas políticas são projetadas para permitir espaço para esses tipos de discurso.”*

Além disso, as publicações que não serão permitidas incluem alegações sobre características mentais, como estupidez ou capacidade intelectual inerente. No entanto, a Meta explicitamente afirma: ***Nós permitimos alegações de doença mental ou anormalidade quando baseadas em gênero ou orientação sexual, dado o discurso político e religioso sobre transgenerismo e homossexualidade e o uso comum, não sério, de palavras como "esquisito".***

Tais mudanças alinham a Meta aos discursos de ódio da extrema direita mundial, numa



tentativa deliberada de deturpar a liberdade de expressão e colocar em xeque as existências de pessoas LGBTQIA+. Esse movimento reforça práticas de discriminação e violências que perpetuam violações de direitos humanos cotidianas contra essa minoria política que sofre historicamente.

A postura do CEO da Meta, Mark Zuckerberg, ao declarar que trabalhará junto ao governo americano para impedir regulações de empresas americanas por outros países, reflete alinhamento com o Trumpismo e ataques diretos aos regimes democráticos que regulamentam as redes sociais. Esse posicionamento é uma forma de desresponsabilizar a Meta pelas práticas nocivas que ocorrem em suas plataformas.

Ao permitir que discursos de ódio permaneçam e ao apoiar ideias que desumanizam as pessoas trans, Zuckerberg contribui para uma cadeia de violência que não se limita ao meio virtual, mas transborda para o mundo real, com consequências para a população LGBTQIA+, retroalimentando essa cadeia de ódio e reforçando práticas de violência explícita e fatal contra pessoas LGBTQIA+.

Redes sociais não podem ser territórios sem lei, ambientes insalubres que reafirmam e amplificam discursos violentos e perpetuam preconceitos contra as pessoas LGBTQIA+. A moderação de conteúdo não constitui censura, mas uma prática fundamental para o funcionamento responsável dessas plataformas de comunicação. Quando as redes deixam de fazer checagem de fatos, garantir a veracidade, combater ativamente as mentiras e a desinformação, ou seja, moderar o discurso, expõem os usuários à vulnerabilidade e transformam a internet em um espaço hostil, repleto de conteúdos deseducativos e perigosos e que podem incentivar violências em todas as esferas para além do plano virtual.

O CNLGBTQIA+ reafirma que não admitirá retrocessos nas conquistas de Direitos Humanos. Não aceitaremos que esse impulso ao discurso de ódio contra a população LGBTQIA+ comprometa as conquistas de direitos. Associar gênero e orientação sexual a doenças mentais não apenas é ignorância histórica e propagação de mentiras, mas também demonstra uma incapacidade de respeitar a diversidade humana. Precisamos de plataformas que sejam responsáveis pelo conteúdo que circula por elas, que reforcem valores democráticos e que respeitem as leis do nosso país.